

ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E OS QUADRINHOS

Hugo Augusto Turaça Leandro (UFMS)

leandro.alcapone@gmail.com

Taís Turaça Arantes (UEMS)

taistania@hotmail.com

Nataniel dos Santos Gomes (UEMS)

natanielgomes@uol.com.br

RESUMO

O presente texto surge das indagações que permeiam muitas vezes de forma ríspida os profissionais que estão por atuar na educação infantil e anos iniciais, por sentirem-se acuados quando questionados sobre o que estão a apresentar como proposta de linguagem oral e escrita, tendo também a intenção de analisar o discurso envolto as concepções de alfabetização, letramento e o uso dos quadrinhos como fonte de pesquisa para as crianças que estão a ter um primeiro contato com a leitura e escrita. A discussão tem como objetivo justificar a intenção e proporção que as histórias em quadrinhos podem ganhar quando apresentados como instrumento de leitura e escrita, tendo em vista que muitas das histórias (livros infantis) apresentados para as crianças nem sempre tem a intenção ou necessidade de relacionar-se com outros conteúdos, ou seja, sendo a leitura apenas uma ação prazerosa. Muitas dúvidas ligadas a alfabetização e letramento ainda se mostram permanentes para os profissionais da educação, principalmente aqueles que terão a responsabilidade em apresentar para as crianças esse mundo da escrita. Vale ressaltar que esse contato com a linguagem oral e escrita poderá acontecer muito antes de uma criança ingressar em uma instituição de ensino, e que esse fato poderá ter sido ocasionado por uma história em quadrinho que se fazia presente em suas relações familiares. Apropriando-se do conhecimento de vários autores utilizados na produção desse texto, vale destacar Soares (2005 e 2009), quando enfatiza que somente os conceitos de alfabetização e letramento não bastam, pois somente o fato de ler e escrever como um simples ato mecânico não contempla o processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Partindo do pressuposto de que não há necessidade em relacionar o momento de leitura com atividades de rotina, será apresentado como a alfabetização, letramento e os quadrinhos poderão relacionar-se, porém, sem a intenção de sinalizar esse como um “método” a ser aplicado em massa ou selecionar qual história em quadrinho a ser utilizada, mas sim apresentá-lo como uma ferramenta para o professor.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Quadrinhos. Histórias em quadrinhos.

1. Introdução

O presente artigo tem a intenção não somente de apresentar as definições de alfabetização e letramento, mas ir de encontro com a abordagem dos quadrinhos, ou seja, como ambos as temáticas podem relacionar-se e permitir uma vasta gama de conhecimentos, porém, sem a inten-

ção de determinar como metodologia de ensino, entretanto, ressignificar os conceitos já considerados estabelecidos.

Devemos levar em consideração alguns aspectos para a compreensão dos temas abordados. Os quadrinhos por exemplo, nem sempre foram interpretados de forma satisfatória para a educação, pelo contrário, eram até considerados inapropriados para a formação do sujeito. Quando é citado o fato de alguns conceitos já estarem estabelecidos, referimo-nos de maneira a questionar a forma que a educação é interpretada e repassada para os alunos ou crianças, se levarmos em consideração todo o processo educacional, ou seja, desde a educação infantil.

É preciso compreender que para as crianças e alunos deve ser permitido não somente os conhecimentos que já estão por vezes familiarizados, mas apresentar-lhes inúmeros outros conhecimentos, ou seja, limitar o aprendizado dos mesmos é dizer não ao desenvolvimento e interesses futuros, podendo até torná-los sujeitos frustrados. A forma que será trabalhada a linguagem oral e escrita é de suma importância e deve ser compreendida como tal. Para tanto, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, V3, p. 117), diz:

A aprendizagem da linguagem oral e escrita é um dos elementos importantes para as crianças ampliarem suas possibilidades de inserção e de participação nas diversas práticas sociais. O trabalho com a linguagem se constitui um dos eixos básicos na educação infantil, dada sua importância para a formação do sujeito, para a interação com as outras pessoas, na orientação das ações das crianças, na construção de muitos conhecimentos e no desenvolvimento do pensamento.

Percebemos o quão importante é o conhecimento para o desenvolvimento do sujeito e que de maneira alguma deve ser restringido, independente de sua faixa etária, ano e etc. Se buscamos a criticidade nas crianças, alunos e escolas, não será podendo ou dizendo o que lhes é permitido aprender que iremos alcançar tal feito.

2. Alfabetização

Por muito tempo a alfabetização (tema de interesse desse estudo), fora apresentada de forma sistematizada, ou seja, primeiro apresentava-se o alfabeto e em seguida as vogais, em um momento posterior as consoantes e por último as sílabas, até chegar ao ponto da formação das palavras. Questionar esse método era o mesmo que questionar toda a estrutura da alfabetização em si, ou seja, sem generalizar, porém, era prática comum

em muitas escolas. Temos como exemplo as cartilhas, essas por sua vez, continham em seu estudos, conhecimentos que de certa forma não instigavam os alunos a pensarem sobre o que estava-lhes sendo apresentado. Outro exemplo que podemos citar era o fato de que caso uma determinada letra fosse objeto de estudo, a mesma seria trabalhada com frequência, ou seja, estaria em todas as atividades, até posteriormente partir para a próxima e repetindo assim todo esse processo.

Vale ressaltar o fato de que esse artigo não tem a intenção de afirmar como inviável os conhecimentos anteriores, ou seja, dizer que o método antes utilizado para alfabetizar não deve ser utilizado, mas ao contrário, compreender que o conhecimento é mutável e que em cada momento afirma-se como verdade. “A humanidade possui um saber acumulado durante séculos. Esse saber apresenta uma natureza dinâmica, porque está em contínua expansão e atualização, renovando-se constantemente” (HAYDT, 2006, p. 126).

Dessa forma, fica clara a ideia do não julgamento dos conhecimentos anteriores ao afirmar que não trouxeram contribuições para a educação. Mas, sim dizer que todo conhecimento considerado como verdade em determinado momento contribui, mesmo que venha posteriormente ser questionado, porém, mesmo dessa forma deve ser considerado.

Os questionamentos que podem surgir estão relacionados não necessariamente e diretamente ao método, mas sim, a quem seria aplicado, ou seja, as crianças, jovens, adultos e etc. (levando em consideração que a qualquer momento uma pessoa não alfabetizada pode apropriar-se desse conhecimento). Devemos ter em mente que todo sujeito é singular, carregando consigo seus medos, anseios, dúvidas, desejos e entre outros. Dessa forma não é cabível uniformizar as formas de ensino. Segundo Kuhlmann (2004, p. 21):

[...] A realidade social e cultural da infância resulta decididamente mais complexa: primeiramente, articulada em classes, com a presença de ao menos três modelos de infância convivendo ao mesmo tempo: de outro lado, é um percurso que vai da codificação do cuidado à mitificação da infância. Enfim, no interior desse crescimento esquizofrênico da importância e do valor da infância, permanece a rejeição da sua alteridade – isto é, da sua diversidade-diferença, do seu anarquismo e da sua libido, perverso-polimorfa, do escândalo que provoca pela sua ligação muito forte com a natureza e a sua distância-estranheza em relação à cultura.

A ideia em questão é de que sendo o ser sujeito singular, não há como sistematizar a forma como irá aprender. Não há garantias de que

todos os seres aprenderão de forma similar e que permanecer nessa sistematização é arriscar que alguns até poderão aprender, no entanto, tantos outros poderão seguir com dificuldades e podendo até permanecer com traumas futuros devido a forma como lhe foi oferecido o conhecimento. Nesse caso, o conhecimento não está sendo oferecido, mas sim imposto.

Como citado anteriormente ao afirmar que a forma como a escola impunha o conhecimento ao aluno hoje não pode mais ser considerada cabível, é pelo fato de que as necessidades da sociedade de hoje são outras. Hoje, buscamos e acreditamos numa educação crítica, entretanto, para alcançar esse feito tornam-se necessárias outras formas de ensinar e será na escola que esse feito poderá ocorrer. De acordo com Kramer (1993, p. 13):

[...] a escola não modifica a sociedade, mas pode contribuir para a mudança se desempenhar o seu papel de ensinar criticamente, fornecendo os instrumentos básicos para o exercício da cidadania. A esse posicionamento político, aliamos o reconhecimento de que as crianças são pessoas que se desenvolvem psicologicamente, apresentando características próprias, no decorrer do seu desenvolvimento, do ponto de vista linguístico, socioafetivo, lógico-matemático e psicomotor. Consideramos, ainda, que no processo de desenvolvimento há influências marcantes do seu meio socioeconômico e cultural, e que podem ser identificadas na medida em que se percebe a diversidade cultural que caracteriza nosso contexto social e, portanto, que existe em nossas escolas.

Podemos enfatizar então que não basta somente ensinar, mas sim, fazer com que realmente o aluno consiga compreender o que está a ser oferecido. Mas somente irá apropriar-se do conhecimento se esse por sua vez lhe for oferecido e não imposto.

Com a alfabetização não deve ser diferente. O sujeito não deve ser somente alfabetizado para simplesmente apropriar-se da leitura e escrita sem realmente compreender as ferramentas que estão em suas mãos.

É comum vermos projetos que estimulem ao alcance acelerado da alfabetização, sem a preocupação com o sujeito, mas somente com a intenção de alcançar índices. Aprenderá a ler e escrever, mas não saberá o uso do mesmo. Aprenderá a reconhecer letras e números, poderá exercer várias funções sociais, mas não aprenderá somente com a alfabetização acelerada a criticidade dos fatos.

Se formos discutir de forma simples o conceito de alfabetização, chegaremos à conclusão de que trata-se do ato de codificação e decodificação, ou seja, escrever e ler. Para Tfouni (2002, p. 09):

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual.

Com os fatos apresentados, é possível a percepção de que o momento é oportuno para novos saberes. Sem a intenção de apresentar-se como método, mas como ferramenta de ensino, os quadrinhos podem fazer parte do campo educacional e principalmente fazer parte das práticas de leitura e escrita, proporcionando não somente uma maneira diferente de aprender a ler e escrever, mas ressignificar valores ao apresentar o novo. Como dito, não há mal algum em aprender a ler e escrever começando pelo reconhecimento do alfabeto, seguindo das vogais e etc. Mas nada impede o fato de aprender por uma determinada letra ou palavra qualquer, o importante não será no decorar das palavras, mas na compreensão de seus significados.

3. Letramento

Interpretado por muitos como oposto da alfabetização, é na verdade um termo que tem não a intenção de substituir a alfabetização, mas sim, caminhar junto da mesma e permitir uma nova maneira de aprendizagem.

A intenção do letramento é justamente o uso que será feito da leitura e escrita. Anteriormente fora discutido o fato de simplesmente aprender a ler e escrever, mas não compreender seus significados, para tanto, surge o letramento revisando esse olhar de simplesmente codificar e decodificar. “[...] Desse modo, o letramento tem como objetivo investigar não somente quem é alfabetizado, mas também quem não é alfabetizado, e, nesse sentido, desliga-se de verificar o individual e centraliza-se no social [...]” (SOARES, 2009, p. 21).

Devemos levar em consideração o fato de que antes de ingressar em uma instituição de ensino, a criança não deve ser interpretada como sujeito sem bagagem, ou seja, sem conhecimento algum. Na verdade a criança antes mesmo de matricular-se na escola, já possui conhecimentos que fazem parte do seu contexto social e cultural e que muitas vezes não é valorizado.

O contato com a leitura e escrita poderá ocorrer muito antes de sua participação nas instituições educacionais. Dependendo de seu con-

texto, poderá ou não ter uma gama de possibilidades de leitura, ou seja, poderá ser uma prática comum o contato com livros, instigando assim ao passo seguinte, no caso, a escrita. Para Rego (1995, p. 71):

[...] isto quer dizer que, por exemplo, um indivíduo criado numa tribo indígena, que desconhece o sistema de escrita e não tem nenhum tipo de contato com um ambiente letrado, não se alfabetizará. O mesmo ocorre com a aquisição da fala. A criança só aprenderá a falar se pertence a uma comunidade de falantes, ou seja, as condições orgânicas (possuir o aparelho fonador), embora necessárias, não são suficientes para que o indivíduo adquira a linguagem.

Devemos compreender que o valoroso não é simplesmente o aprendizado da leitura e escrita, mas sim, todo o seu processo, como por exemplo o desenho. O desenho é fator fundamental para a apropriação da linguagem escrita. Esse por sua vez não deve ser oferecido somente como momento para ocupar o tempo, pois, suas capacidades estão acima do simples fato de riscar os traços, ou seja, o simples fato de quando e como nomear seu desenho, demonstra o quão importante é essa linguagem, pois está a especificar a complexidade das funções psicológicas superiores. Segundo Rego (1995, p. 68):

[...] as crianças menores tendem a nomear seus desenhos somente após realizá-los e vê-los. A decisão do que serão é assim, posterior à atividade. Uma criança um pouco mais velha nomeia o seu desenho quando este já está quase pronto, e, mais tarde geralmente decidem previamente o que desenharão. Nesse caso, a fala é anterior a atividade e, portanto, dirige a ação. Quando a fala se desloca para o início da atividade, uma nova relação entre a fala e a ação se estabelece.

Ao chegar à conclusão de que seu desenho necessita ser nomeado, demonstra o interesse da criança com a linguagem escrita e a preocupação da mesma quanto ao que está a se desenhar, mesmo que em outro momento seu desenho agora nomeado poderá não ser o mesmo do início, ou seja, uma criança que nomeia seu desenho agora como sendo um “cachorro”, poderá posteriormente denominá-lo como um outro animal qualquer, mas o que fica claro é o contato que está a ter com a leitura e escrita.

Torna-se possível a percepção de que o letramento não vem com intenção de confrontar a alfabetização, mas sim participar desse processo. Entendemos que a alfabetização e o letramento são processos e não etapas e assim devem ser compreendidos. Um processo que permanecerá pelo decorrer de toda a vida do sujeito.

4. *Quadrinhos*

Os quadrinhos que durante muito tempo foram questionados de uma forma negativa, sob a alegação de que sua leitura em nada serviam para aqueles que estavam aprendendo ou praticando a leitura. Quando se pensava em salas de aulas eles deveriam estar longe delas, pois eles influenciavam as crianças a não buscar outros tipos de leitura.

Porém, esse tipo de pensamento foi mudado ao longo do tempo, claro que ainda há um grande caminho a trilhar, mas é inegável o valor que os quadrinhos possuem no processo de aprendizagem.

E os quadrinhos também podem ser utilizados na educação infantil, pois as crianças entendem que é uma história por meio da sequência dos quadros, elas conseguem olhar para as imagens e terem essa percepção. A imagem tem seu o valor. Para Vergueiro (2005, p. 33),

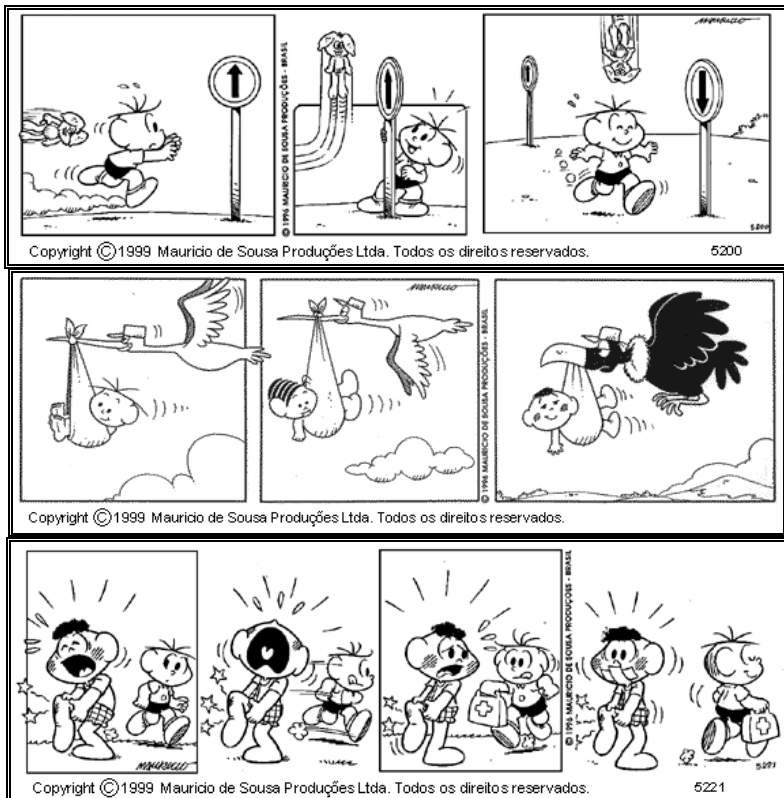
A imagem desenhada é o elemento básico nas histórias em quadrinhos. Ela se apresenta como uma sequência de quadros que trazem uma mensagem ao leitor [...] Sua menor unidade narrativa será o quadrinho ou a vinheta. A sucessão de vinhetas será, no mundo ocidental, organizado no sentido da leitura do texto escrito, ou seja, do alto para baixo e da esquerda para a direita (nos países asiáticos, essa representação ocorrerá da direita para a esquerda, acompanhando a leitura da escrita japonesa e chinesa, por exemplo), o que permitirá o entendimento da mensagem.

As crianças aprendem a “ler” tudo o que as cercam, elas entendem o conjunto de regras presentes à sua volta. Sendo assim, o letramento é uma forma que elas possuem de observar as coisas e identificá-las, é um meio que elas possuem para melhor se desenvolverem.

Elas já sabem fazer leituras muito antes de serem alfabetizadas. Nesse sentido é que os quadrinhos se revelam como algo positivo. Com a leitura feita quadro a quadro a criança pode criar a sua interpretação.

Vejamos as imagens abaixo:





5. Conclusão

O processo da aprendizagem da aquisição da escrita deve ser compreendida em sua totalidade, nesse aspecto o desenho tem um papel importante, pois ele é o fator de grande importância nesse processo de aprendizagem. A criança cria o desenho e depois nomeia-o. Assim como ela olha para os mesmos e consegue interpretá-lo.

Utilizamos como exemplo pequenas tirinhas da Turma da Mônica, a ausência da fala não dificultou o entendimento da sequência de fatos ocorridos. A criança consegue compreender o que aconteceu com os personagens das tirinhas.

Sendo assim, entende-se que não se deve pensar que o termo letramento veio para substituir o termo alfabetização. Na verdade o que

acontece é o caminhar junto das duas nomenclaturas. A criança tem que aprender a entender o significado das coisas, não simplesmente ler e escrever.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, *Referencial curricular nacional para educação infantil*. Brasília: MEC, 1998.

HAYDT, C. R. *Curso de didática geral*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KRAMER, S. (Org.). *Perspectivas para a educação infantil*. 1. ed. Araçuaçu: Junqueira & Martin, 2005.

KUHLMANN JR, M. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

REGO, T. C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 2002.

VERGUEIRO, W. A linguagem dos quadrinhos: uma “alfabetização” necessária. In: BARBOSA, A. *Como usar os quadrinhos na sala de aula*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005, p. 31-64.

VIGOTSKI, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone, 1998.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ICONOGRAFIA

Figura 1. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-9fj8nMIKVmk/T_joJZG8MPI/AAAAAAAAAJ7w/7Z2YKN8Xnxk/s1600/tirinha+turma+da+monica13.gif>. Acesso em: 25-11-2013.

Figura 2. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-Lgg6awAaj5Y/T_jokdWge3I/AAAAAAAAAJ74/Fmkw2IFYc3w/s1600/tirinha+turma+da+monica14.gif>. Acesso em: 25-11-2013.

Figura 3. Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/-Oh_EOBYINek/T_jolVN61tI/AAAAAAAAAJ8I/5AnZwZe_z8M/s1600/tirinha+turma+da+monica16.gif>. Acesso em: 25-11-2013.

Figura 4. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-oJdS-nas1_h8/T_jokh1tqVI/AAAAAAAAAJ8A/qYBzjdg7vA/s1600/tirinha+turma+da+monica15.gif>. Acesso em: 25-11-2013.